



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário - Área Administrativa**

Prova Cargo M, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Janeiro/2005

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Instruções:** As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*“O garimpo é como uma loteria: uma hora a gente fica rico. Está no sangue”, resume um dos garimpeiros. Tamanha expectativa por dias melhores tem fundamento técnico. O Departamento Nacional de Produção Mineral estima haver ainda 3 milhões de quilates em diamantes no subsolo de Diamantina. Como, na média, 90% das pedras extraídas dali têm qualidade para uso em joalheria, essa reserva vale cerca de meio bilhão de reais – algo como 40 anos da arrecadação municipal. Localizá-la, contudo, é tarefa ingrata para os homens que trabalham por conta, muitas vezes em zonas não autorizadas. A mineração pode causar danos irreparáveis ao ambiente, daí o controle sobre áreas garimpáveis. Diante das inúmeras crateras escavadas, as margens do Caldeirão parecem um campo de batalha. Com suas águas desviadas em muitos trechos, o rio agoniza, mesmo na estação das chuvas.*

*A atual desolação do lugar deixa claro que garimpos são terrenos de contrastes, movidos exclusivamente a esperança. Num dia há glória, noutro apenas agonia. Nas lavras do século XVIII, cada escravo tinha a companhia severa de um feitor para que não ocultasse nenhuma pedra, nada diferente do que ainda ocorre nas companhias mineradoras da África. Via de regra, os garimpos são tocados hoje por uma gente sem horizontes, jogada à margem do mercado de trabalho nas cidades. As fortunas que podem oferecer derivam de uma pobreza quase absoluta. Em Diamantina não é diferente. Os mineradores de agora escavam as mesmas beiras de rios que os escravos um dia trabalharam, na fé de achar alguma pedra brilhante que passou despercebida à época.*

(Adaptado de Ronaldo Ribeiro, **National Geographic**, março de 2002)

1. O texto é claro ao apontar
  - (A) o prejuízo ao meio ambiente, que justifica a atual proibição das atividades do garimpo em Diamantina.
  - (B) a inutilidade da exploração das reservas existentes no subsolo de Diamantina, pois sua produção ficaria restrita às joalherias.
  - (C) o trabalho escravo que permanece ainda hoje no Brasil, apesar de sua proibição legal, tal como ocorre também na África.
  - (D) o contraste entre o enorme valor dos diamantes e a vida dos garimpeiros, de miséria e de abandono, sem garantia de emprego.
  - (E) os problemas de ordem social e trabalhista entre os mineradores e os escravos, decorrentes da exploração do garimpo.

2. Há relação de causa e consequência, apontada no texto, entre os dois fatos relacionados em:
  - (A) a vigilância de um feitor / cuidado para não haver desvio de pedras.
  - (B) a atual desolação da região / contrastes entre riqueza e pobreza absoluta.
  - (C) danos irreparáveis ao meio ambiente / controle oficial em áreas de garimpo.
  - (D) trabalho nas mineradoras africanas / falta de perspectiva de trabalho na cidade.
  - (E) milhões de quilates no subsolo / desvio das águas do rio Caldeirão.

3. ... é tarefa ingrata para os homens que trabalham por conta ... (meio do 1º parágrafo)
 

O mesmo sentido da frase acima encontra-se, em outras palavras, em:

  - (A) ... é serviço praticamente escravo para os garimpeiros que dependem de pagamentos ...
  - (B) ... é atividade trabalhosa para os raros aventureiros que procuram sozinhos ...
  - (C) ... é função cansativa para os trabalhadores que prestam serviço para outras pessoas ...
  - (D) ... é lucro garantido para quem se esforça em encontrar pedras preciosas ...
  - (E) ... é trabalho nem sempre compensador para aqueles que trabalham como autônomos ...

4. *Localizá-la, contudo, é tarefa ...* (meio do 1º parágrafo)

A forma pronominal grifada acima substitui corretamente, no texto,

(A) a mineração.  
 (B) essa reserva.  
 (C) a qualidade para uso.  
 (D) uma tarefa ingrata.  
 (E) a arrecadação municipal.

5. *... cada escravo tinha a companhia severa de um feitor para que não ocultasse nenhuma pedra ...* (meio do 2º parágrafo)

Observe as formas verbais grifadas na frase acima.

A mesma relação existente entre elas será mantida em

(A) tem - oculte  
 (B) terá tido - ocultaria  
 (C) terá - ocultará  
 (D) teve - tinha ocultado  
 (E) tinha tido - teria ocultado

6. *Os mineradores de agora escavam as mesmas beiras de rios ...* (final do texto)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:

(A) *... as margens do Caldeirão parecem um campo de batalha.*  
 (B) *... que garimpos são terrenos de contrastes ...*  
 (C) *... ainda ocorre nas companhias mineradoras da África.*  
 (D) *... derivam de uma pobreza quase absoluta.*  
 (E) *... na fé de achar alguma pedra brilhante ...*

7. *Via de regra, os garimpos são tocados hoje por uma gente sem horizontes ...* (final do texto)

Transpondo a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passará a ser

(A) tocaria.  
 (B) tocavam.  
 (C) toca.  
 (D) tinha tocado.  
 (E) serão tocados.

8. *O preservado conjunto arquitetônico de Diamantina é de rara beleza.*

*Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999.*

*O centro histórico de Diamantina segue vivo e ativo, com comércio e moradias.*

As frases acima estruturam-se num único período, com lógica, correção e clareza em:

(A) O preservado conjunto arquitetônico de Diamantina é de rara beleza, onde Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999, cujo centro histórico está vivo e ativo, inclusive com comércio e moradias.  
 (B) Reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999, Diamantina preserva um conjunto arquitetônico de rara beleza, com um centro histórico que segue vivo e ativo, com comércio e moradias.  
 (C) O centro histórico de Diamantina é vivo e ativo, com comércio e moradias, porque está preservado seu conjunto arquitetônico, cujo é de rara beleza, sendo que Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999.  
 (D) Sendo que Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999, o centro histórico dessa cidade a qual segue vivo e ativo, tendo o comércio e as moradias, que se preserva no conjunto arquitetônico raro na beleza.  
 (E) Enquanto Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999, cujo o centro histórico segue vivo e ativo, com comércio e moradias, que é uma raridade na beleza do conjunto arquitetônico que preserva.

9. No apogeu da exploração de diamantes, no então arraial do Tijuco, o português João Fernandes era o responsável pelo envio das pedras ..... Coroa, obrigando a sociedade da época ..... estender seus tapetes ..... uma ex-escrava, que se tornou sua mulher.

As lacunas da frase acima serão corretamente preenchidas por

(A) a - à - a  
 (B) a - a - à  
 (C) à - a - à  
 (D) à - a - a  
 (E) à - à - a

**Instruções:** As questões de números 10 a 17 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Na inventada época em que se amarrava cachorro com lingüiça, lutei e consegui emprego de jornalista na redação de um matutino paulistano. A palavra lutar é correta. Tive de passar por uma prova de conhecimentos que nem de longe se comparava às exigências que hoje se fazem para oferecer trabalho com honestidade. O aprendizado era feito de descobertas e novidades; havia prazer e emoção no enfronhar-me no ofício que viria a ocupar boa parte de minha vida. Só num único e mesmo jornal permaneci mais de vinte anos. Esse período permitiu conviver com numerosos colegas cujos destinos se cruzavam, tomavam caminhos paralelos ou simplesmente alteravam o curso.*

*Algumas figuras se tornaram sombras, nunca mais ouvi falar, a não ser vagamente. Se a memória pudesse ser reavivada para livrar-se do azinhavre do tempo, tentaria recuperar a história do desaparecimento do capitão Vânio, companheiro de redação. Fiquei sabendo por alto, morreu nas masmorras do Chile, defendendo uma causa política, com suas idéias heróicas. Nunca soube com exatidão como foi o fim daquele oficial que parecia suave anjo de voz tranqüila.*

*Amenizando o passado, poderia também evocar a lembrança de outro colega, mais voltado para as conquistas do capitalismo prático, que largou o jornalismo e o trocou por uma agência de publicidade – onde os salários poderiam ser menos virtuosos, porém mais compensadores. E nesse meritório ramo desenvolveu grande capacidade criativa. O resultado mais notável foi uma frase que ajudou a vender a rodo a então ainda tímida cerveja Níger. A frase, aparentemente simples, cativava inteligências e paladares: **Níger – nem doce nem amarga**. Foi um sucesso estrondoso. Eu próprio, movido pela curiosidade do bordão, me tornei freguês do achado publicitário, se bem que nunca fui de abandonar as “loirinhas bem geladas”. A Níger era escura. Ou, se preferem, mulata. Questão de gosto, de paladar.*

(Lourenço Diaféria. **Almanaque Brasil de Cultura Popular**, julho de 2004)

10. *Na inventada época em que se amarrava cachorro com lingüiça ...*

Iniciando o texto dessa maneira, o cronista informa que ele

- (A) acabou abandonando a profissão de jornalista, que considera pouco atraente e fantasiosa.
- (B) adquiriu bastante experiência numa redação de jornal, apesar de ser ainda bem jovem.
- (C) conseguiu emprego numa época em que qualquer pessoa poderia facilmente trabalhar num jornal.
- (D) trabalhava com outros colegas que exerciam também outras profissões ao mesmo tempo, assim como ele.
- (E) tem bastante idade, o que justifica as recordações de antigos colegas e de sua vivência como jornalista.

11. É correto inferir do texto que

- (A) os jornalistas constituíam, antigamente, uma classe bem remunerada, devido às exigências da profissão.
- (B) o jornalismo sempre defendeu um alto nível das informações dos envolvidos em lutas reais ou por um ideal revolucionário.
- (C) os salários eram baixos, na época mencionada, embora se tratasse de um trabalho bastante satisfatório.
- (D) o bom jornalista é aquele que aprende na prática da profissão, de forma coerente e de preferência num único jornal.
- (E) a redação de um jornal deve ser um ambiente neutro, pois abriga pessoas de formação diversa, com objetivos variados.

12. Observa-se, no 2º parágrafo do texto,

- (A) oposição entre *suave anjo de voz tranqüila / com suas idéias heróicas*.
- (B) certeza quanto à *memória reavivada / desaparecimento do capitão Vânio*.
- (C) decepção em relação a *morreu nas masmorras do Chile / defendendo uma causa política*.
- (D) dúvida em *nunca mais ouvi falar / nunca soube com exatidão*.
- (E) admiração em *algumas figuras se tornaram sombras / companheiro de redação*.

13. A frase inicial do 3º parágrafo permite afirmar corretamente que, para o cronista, o passado

- (A) pode levar a julgamentos indevidos quanto ao comportamento de pessoas que optaram por mudar de profissão.
- (B) mantém, um tanto esquecidas, certas lembranças desagradáveis, para não provocar tristeza nem amarguras.
- (C) contém antigas lembranças, às vezes tristes, mas muitas delas mostram situações positivas, que trazem alegria.
- (D) só conserva decepções e amargas lembranças, que nem sempre devem permanecer em nossa memória.
- (E) nem sempre merece ser lembrado, para não haver decepções em relação a antigos companheiros.

14. Em cada um dos segmentos abaixo, a substituição da expressão grifada pelo pronome correspondente está INCORRETA em:

- (A) *para oferecer trabalho* = para oferecê-lo.
- (B) *evocar a lembrança de outro colega* = evocar-lhe a lembrança.
- (C) *tomaram caminhos paralelos* = tomaram-nos.
- (D) *a ocupar boa parte de minha vida* = a ocupar-lhe.
- (E) *cativava inteligências e paladares* = cativava-os.

<p>15. ... se bem que nunca fui de abandonar as "loirinhas bem geladas". (final do texto)</p> <p>O emprego das aspas na frase acima indica, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) ironia, pois o autor se refere a uma cerveja escura e não à clara, que é mais comum.</p> <p>(B) intenção especial na reprodução de uma maneira popular de referência à bebida.</p> <p>(C) citação exata usada na publicidade desenvolvida para a venda da nova cerveja.</p> <p>(D) receio de apontar um produto diferente daquele a que se refere a propaganda.</p> <p>(E) existência de uma forma de diálogo, com o envolvimento do leitor na narrativa.</p>	<p>19. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Para garantir a segurança dos trabalhadores e dos usuários, os responsáveis tomaram a decisão de paralizar, por algumas horas, os trabalhos na usina.</p> <p>(B) A intensa afluência de pessoas em áreas que possam produzir riqueza imediata pode gerar conflitos e degradação do meio ambiente.</p> <p>(C) Boas intenções, que norteiam programas assistenciais, nem sempre são garantia de sucesso dos empreendimentos desenvolvidos.</p> <p>(D) A exploração dos recursos naturais de uma determinada região e a necessária preservação do meio ambiente mobilizam defensores, tanto de uma quanto de outra.</p> <p>(E) Embora estejam muito próximos de imensas riquezas, os garimpeiros dificilmente têm acesso a bens de consumo, pois vivem em extrema pobreza.</p>
<p>16. ... que <u>parecia</u> suave anjo de voz tranqüila. (final do 2º parágrafo)</p> <p>O verbo de mesmo tempo e modo em que se encontra o verbo grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... em que se amarrava cachorro com lingüiça ...</p> <p>(B) Só num único e mesmo jornal permaneci mais de vinte anos.</p> <p>(C) Algumas figuras se tornaram sombras ...</p> <p>(D) ... morreu nas masmorras do Chile ...</p> <p>(E) ... que largou o jornalismo ...</p>	<p>20. A frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Como o trabalho dignifica o homem, assim diz o provérbio, o desemprego, onde é o oposto, não respeita os direitos do cidadão que tem potencial capaz para vim a ser produtivo no meio em que vive.</p> <p>(B) O trabalho dignifica o homem, como diz o provérbio, e o desemprego, que é seu oposto, desrespeitando seus direitos, por que se trata de cidadão com potencial para ter uma forma produtiva no lugar que vive.</p> <p>(C) Como diz o provérbio, o trabalho é dignificante para o homem que, com o oposto, o desemprego, tem desrespeito aos direitos como cidadão onde pode atuar produtivamente nesse lugar no qual vive.</p> <p>(D) Se o trabalho dignifica o homem, como diz o provérbio, seu oposto, o desemprego, desrespeita seus direitos como cidadão potencialmente capaz de atuar de forma produtiva no meio em que vive.</p> <p>(E) No provérbio, o trabalho dignifica o homem, se seu oposto, o desemprego, desrespeita seus direitos onde é cidadão com potencialmente capacidade em atuar de maneiras produtivas no meio que vive.</p>
<p>17. As palavras do texto que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica nas palavras <b>ofício</b> e <b>idéias</b>, respectivamente, são</p> <p>(A) <i>único</i> e <i>história</i>.</p> <p>(B) <i>salários</i> e <i>Níger</i>.</p> <p>(C) <i>inteligências</i> e <i>notável</i>.</p> <p>(D) <i>período</i> e <i>memória</i>.</p> <p>(E) <i>agência</i> e <i>heróicas</i>.</p>	<p>21. Segundo expressamente dispõe a Constituição brasileira, a administração pública direta e indireta, para decidir qualquer processo administrativo, deve observar os princípios da</p> <p>(A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>(B) legalidade, eficiência, interesse público e motivação.</p> <p>(C) moralidade, publicidade, igualdade e dignidade da pessoa humana.</p> <p>(D) proporcionalidade, eficácia, do contraditório e do devido processo legal.</p> <p>(E) moralidade pública, eficácia, razoabilidade e do interesse social.</p>
<p>18. A concordância está feita corretamente na frase:</p> <p>(A) Torna-se necessário as medidas de prevenção aos acidentes de trabalho, que resulta em consideráveis perdas de recursos materiais e humanos para as empresas.</p> <p>(B) Está havendo resultados surpreendentes nos programas de capacitação de jovens que vivem na periferia, preparando-os efetivamente para o mercado de trabalho.</p> <p>(C) Cenas de crianças trabalhando como adultos, quando deveria estar na escola, ainda é muito comum em todas as regiões brasileiras.</p> <p>(D) Continua a ser lamentável os altos índices de desemprego no país, que decorre em grande parte da falta de mão-de-obra qualificada para certas atividades.</p> <p>(E) A falta de escolaridade dos jovens impedem seu aproveitamento num mercado de trabalho altamente competitivo, de avançada tecnologia.</p>	

<p>22. Os atos de improbidade administrativa praticados por servidor público da administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios importarão a</p> <p>(A) indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário pelo servidor, que será suspenso temporariamente de sua função pública.</p> <p>(B) cassação de direitos políticos e a conseqüente perda da função pública do servidor, independentemente do ressarcimento ao erário pelos danos causados ao patrimônio público.</p> <p>(C) suspensão dos direitos políticos, a perda da respectiva função pública e a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.</p> <p>(D) perda temporária da função pública enquanto durarem os efeitos da condenação e a conseqüente cassação dos direitos políticos.</p> <p>(E) perda temporária dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens do servidor mas não acarretarão a perda da função pública.</p>	<p>25. Nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, a jurisdição do trabalho será exercida pelo</p> <p>(A) Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região, conforme determinação do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) juiz de direito da comarca, na forma da lei.</p> <p>(C) Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição, na forma da lei.</p> <p>(D) Tribunal de Justiça do Estado, na forma da lei.</p> <p>(E) Tribunal de Alçada do Estado, na forma estabelecida na Constituição.</p>
<p>23. O servidor público da administração direta estadual, titular de cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, tem direito a</p> <p>(A) vitaliciedade, após dez anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo ou de procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada sempre ampla defesa.</p> <p>(B) estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, e só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) estabilidade, após cinco anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar estadual, assegurada ampla defesa.</p> <p>(D) vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial e processo administrativo, assegurada ampla defesa.</p> <p>(E) estabilidade, após três anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada sempre ampla defesa.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 26 a 30, considere o Regime da Lei nº 8.112/90.</p> <p>26. Um indivíduo, que venha a ser aprovado em concurso para tornar-se servidor público, deve passar pelas seguintes fases, nesta ordem:</p> <p>(A) posse, nomeação, início de exercício.</p> <p>(B) nomeação, posse, início de exercício.</p> <p>(C) posse, início de exercício e nomeação.</p> <p>(D) início de exercício, nomeação e posse.</p> <p>(E) nomeação, início de exercício e posse.</p>
<p>24. Os tribunais regionais da Justiça do Trabalho têm competência</p> <p>(A) exclusiva para propor, ao Poder Legislativo competente, a alteração do número de seus membros.</p> <p>(B) privativa para propor, ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos de seus serviços auxiliares.</p> <p>(C) exclusiva, para julgar os membros do Ministério Público estadual nos crimes comuns e de responsabilidade.</p> <p>(D) privativa para prover, na forma prevista pela Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.</p> <p>(E) exclusiva para prover, na forma da lei federal, os cargos de seus serviços auxiliares.</p>	<p>27. A indenização que se destina a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, diz-se</p> <p>(A) diária.</p> <p>(B) transporte.</p> <p>(C) ajuda de custo.</p> <p>(D) adicional de insalubridade.</p> <p>(E) adicional por serviço extraordinário.</p> <p>28. Considere as seguintes licenças a que um servidor público tem direito: licença para atividade política; licença para capacitação; e licença para tratar de interesses particulares. A remuneração, ainda que parcial, ao servidor</p> <p>(A) está incluída em todas as três.</p> <p>(B) não está incluída em nenhuma das três.</p> <p>(C) não está incluída apenas na primeira.</p> <p>(D) não está incluída apenas na segunda.</p> <p>(E) não está incluída apenas na terceira.</p> <p>29. É pena administrativa aplicável ao servidor público:</p> <p>(A) prisão administrativa.</p> <p>(B) exoneração de cargo em comissão.</p> <p>(C) perda de bens.</p> <p>(D) cassação de aposentadoria.</p> <p>(E) prestação de serviços à comunidade.</p> <p>30. A ação disciplinar correspondente a uma infração administrativa punível com advertência</p> <p>(A) prescreve em 180 dias.</p> <p>(B) prescreve em 150 dias.</p> <p>(C) prescreve em 60 dias.</p> <p>(D) prescreve em 30 dias.</p> <p>(E) não prescreve.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Ao proclamar a casa como asilo inviolável do indivíduo, a Constituição Federal garante ao morador que ninguém nela poderá penetrar sem o seu consentimento, salvo em certas hipóteses, como a de

- (A) busca de provas de delitos, durante o dia, por determinação de autoridade policial.
- (B) inspeções determinadas por autoridades sanitárias, durante o dia, para combate a epidemias.
- (C) busca e apreensão de documentos, de dia ou de noite, desde que por determinação judicial.
- (D) prestação de socorro, por particulares ou autoridades públicas, de dia ou de noite.
- (E) vistorias no imóvel, para fins de desapropriação, realizadas durante o dia, por determinação de autoridade administrativa.

32. Visando à proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal prevê, no capítulo dos direitos sociais, a

- (A) proibição de diferença de salários e de critério de admissão em função do sexo.
- (B) concessão de licença de noventa dias à trabalhadora gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
- (C) proibição de dispensa da trabalhadora gestante durante a gravidez.
- (D) proibição de trabalho perigoso e insalubre para as trabalhadoras.
- (E) possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período da amamentação.

33. Dentre os requisitos constitucionais para a criação de Municípios figura a

- (A) realização de eleição, em que se manifestem as populações dos Municípios envolvidos.
- (B) realização prévia de estudos de viabilidade municipal, na forma da lei.
- (C) aprovação das Câmaras de Vereadores dos Municípios envolvidos.
- (D) aprovação do Governo do Estado em cujo território se localizam os Municípios envolvidos.
- (E) observância de procedimento previsto em lei complementar estadual.

34. Em relação ao cargo de Presidente da República, é correto afirmar que

- (A) a eleição presidencial realiza-se em dois turnos de votação, considerando-se eleito o candidato que em ambos obtiver a maioria absoluta dos votos.
- (B) o cargo será declarado vago se o Presidente não tomar posse até decorridos 30 dias da data fixada, salvo motivo de força maior.
- (C) os candidatos ao cargo devem ser registrados por partido político, não se admitindo candidaturas avulsas.
- (D) a ausência do país por mais de dez dias sem licença do Congresso Nacional importa, para o Presidente, a perda do cargo.
- (E) o mandato do Presidente é de quatro anos, prorrogáveis por mais quatro.

35. Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade que, no primeiro grau de jurisdição, é adquirida

- (A) após um ano de exercício.
- (B) após dois anos de exercício.
- (C) por ocasião da posse.
- (D) ao se iniciar o exercício.
- (E) desde a nomeação.

36. No Brasil o Poder Legislativo da União é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que têm em comum o fato de

- (A) ser igual, nas duas Casas, o número de representantes eleitos em cada Estado, proporcionalmente à população.
- (B) serem ambos Casas de representação do povo.
- (C) os membros das duas Casas serem eleitos pelo sistema de representação proporcional.
- (D) a representação de ambas as Casas se renovar de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- (E) haver, em ambas as Casas, representantes do Distrito Federal.

37. No Direito brasileiro é admitida a participação do Poder Executivo no processo legislativo mediante o veto a projetos de lei, valendo lembrar que o veto

- (A) deve ser encaminhado ao Legislativo em quinze dias, a contar do recebimento do projeto, podendo esse prazo ser prorrogado por mais quinze dias, se o Congresso Nacional estiver em recesso.
- (B) pode ser parcial, atingindo tanto palavras isoladas do texto, como o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- (C) somente poderá ser rejeitado pelo voto de dois terços dos Deputados ou Senadores, em votação aberta.
- (D) deve ser sempre justificado, com fundamento na inconstitucionalidade do projeto ou na sua contrariedade ao interesse público.
- (E) é considerado mantido, se não for apreciado pelo Legislativo em trinta dias, a contar do seu recebimento.

38. Para evitar o uso indiscriminado de medidas provisórias, a Constituição em vigor inclui uma lista de matérias que não podem ser por elas disciplinadas, assim as relativas

- (A) à criação de novos tributos.
- (B) à segurança nacional.
- (C) aos direitos políticos.
- (D) à criação de cargos públicos.
- (E) aos direitos previdenciários.

39. É característica do ato administrativo discricionário

- (A) não poder ser questionado perante o Poder Judiciário.
- (B) permitir certa margem de escolha ao administrador, dentro de limites estabelecidos na lei.
- (C) exigir sempre motivação.
- (D) não conter aspectos de legalidade, mas apenas de mérito.
- (E) ser praticado com conteúdo precisamente determinado na lei, afastando a margem de decisão do administrador.

<p>40. Na comparação entre cargos e empregos públicos, pode-se apontar como característica</p> <p>(A) de ambos, poderem ocorrer na Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(B) dos cargos, necessariamente levarem à estabilidade.</p> <p>(C) dos empregos, não exigirem concurso público para seu preenchimento.</p> <p>(D) dos cargos, serem criados por ato administrativo do chefe do Poder Executivo.</p> <p>(E) de ambos, poderem submeter-se ao regime da CLT ou de estatutos especiais, a critério da norma que os tenha criado.</p>	<p>45. Em um contrato administrativo, a responsabilidade por encargos comerciais, trabalhistas e fiscais é</p> <p>(A) do contratado.</p> <p>(B) da Administração.</p> <p>(C) compartilhada entre a Administração e o contratado.</p> <p>(D) do contratado nos dois primeiros casos e compartilhada, no último.</p> <p>(E) do contratado no primeiro caso e compartilhada, nos dois últimos.</p>
<p>41. Para a celebração, por um Estado, de uma compra, no valor de R\$ 100.000,00, e de um contrato de obra, no valor de R\$ 3.000.000,00, é possível que sejam realizadas licitações, respectivamente, nas modalidades</p> <p>(A) concorrência e convite.</p> <p>(B) convite e concorrência.</p> <p>(C) tomada de preços e tomada de preços.</p> <p>(D) tomada de preços e convite.</p> <p>(E) concorrência e concorrência.</p>	<p>46. Segundo a Lei nº 8.666/93, a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança de uma obra</p> <p>(A) perdura somente até o término do prazo de execução do contrato.</p> <p>(B) perdura somente até o pagamento da obra pela Administração.</p> <p>(C) perdura somente até o recebimento provisório da obra.</p> <p>(D) perdura somente até o recebimento definitivo da obra.</p> <p>(E) não é excluída pelo término do prazo da execução, nem pelo pagamento da obra, nem pelo recebimento provisório ou definitivo da obra.</p>
<p>42. "Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias." Esse conceito corresponde, nos termos da Lei nº 8.666/93, à modalidade de licitação denominada</p> <p>(A) concorrência.</p> <p>(B) tomada de preços.</p> <p>(C) convite.</p> <p>(D) concurso.</p> <p>(E) leilão.</p>	<p>47. Um empregador, fabricante de produtos de higiene e limpeza, fornece aos seus empregados os produtos de higiene que fabrica. O valor correspondente aos produtos fornecidos, nos percentuais legais, integra a remuneração dos empregados para todos os efeitos. Essa contraprestação é denominada</p> <p>(A) sobre-salários.</p> <p>(B) salário compressivo.</p> <p>(C) salário utilidade.</p> <p>(D) gratificação ajustada.</p> <p>(E) participação nos lucros.</p>
<p>43. Segundo a Lei nº 8.666/93, na compra de bens imóveis pela Administração, deve ser aplicada licitação na modalidade concorrência</p> <p>(A) independentemente do valor envolvido.</p> <p>(B) somente para valores acima de R\$ 150.000,00.</p> <p>(C) somente para valores acima de R\$ 500.000,00.</p> <p>(D) somente para valores acima de R\$ 650.000,00.</p> <p>(E) somente para valores acima de R\$ 1.500.000,00.</p>	<p>48. A existência de relação de emprego pressupõe</p> <p>(A) pessoalidade na prestação de serviços.</p> <p>(B) solenidade prevista em lei para admissão do empregado.</p> <p>(C) prazo determinado para duração do contrato.</p> <p>(D) prestação de serviços com exclusividade.</p> <p>(E) eventualidade na prestação de serviços.</p>
<p>44. Contrato administrativo verbal, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) não pode existir.</p> <p>(B) cabe para compras realizadas por dispensa de licitação, independentemente do valor.</p> <p>(C) cabe para compras, pelo regime de adiantamento, para valores não superiores a R\$ 4.000,00.</p> <p>(D) cabe para compras realizadas por inexigibilidade de licitação, independentemente do valor.</p> <p>(E) cabe para compras realizadas pela modalidade convite, independentemente do valor.</p>	<p>49. O empregado pode considerar rescindido seu contrato de trabalho e exigir a indenização devida quando o empregador</p> <p>(A) determinar a transferência do local de trabalho em razão de mudança de endereço da empresa.</p> <p>(B) determinar que goze suas férias no período que melhor atender aos interesses da empresa e não aos próprios interesses.</p> <p>(C) exigir que cumpra rigorosamente o regulamento da empresa.</p> <p>(D) deixar de fornecer os equipamentos de proteção individual imprescindíveis ao tipo de trabalho executado.</p> <p>(E) transferi-lo para outra área, dentro do mesmo estabelecimento.</p>



<p>50. Ao celebrar contrato de experiência escrito com um empregado, a empresa</p> <p>(A) deverá proceder às anotações na CTPS do empregado apenas se houver prorrogação do contrato.</p> <p>(B) deverá proceder às anotações na CTPS do empregado no prazo de 48 horas.</p> <p>(C) deverá proceder às anotações na CTPS do empregado apenas se o contrato passar a vigorar por prazo indeterminado.</p> <p>(D) poderá, a seu critério, proceder às anotações na CTPS do empregado.</p> <p>(E) está dispensada de proceder às anotações na CTPS do empregado.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 55 a 60 referem-se ao Regimento Interno do TRT 3ª Região.</p> <p>55. Estão impedidos de votar no mesmo processo, juízes integrantes do Órgão Especial que sejam</p> <p>(A) primos.</p> <p>(B) cunhados.</p> <p>(C) amigos íntimos.</p> <p>(D) inimigos declarados.</p> <p>(E) ocupantes de cargo de direção.</p>
<p>51. Entre duas jornadas de trabalho deve haver um período de descanso de, no mínimo,</p> <p>(A) 8 horas.</p> <p>(B) 10 horas.</p> <p>(C) 11 horas.</p> <p>(D) 12 horas.</p> <p>(E) 15 horas.</p>	<p>56. Para fixação do quorum necessário à instalação das sessões do Tribunal Pleno, excluem-se da apuração os juízes</p> <p>(A) em férias ou em gozo de licença-prêmio.</p> <p>(B) ausentes por licença médica, os impedidos e os suspeitos.</p> <p>(C) impedidos, suspeitos ou que estejam sofrendo representação.</p> <p>(D) ausentes por licença médica ou que estejam sofrendo representação.</p> <p>(E) que estejam sofrendo processo administrativo.</p>
<p>52. O período de férias pode ser fracionado, exceto para os empregados</p> <p>(A) menores de 18 anos de idade e a empregada mulher.</p> <p>(B) menores de 18 e os maiores de 50 anos de idade.</p> <p>(C) menores aprendizes e a empregada gestante.</p> <p>(D) menores de 21 e os maiores de 60 anos de idade.</p> <p>(E) readaptados.</p>	<p>57. O Órgão Especial do Tribunal é constituído por</p> <p>(A) 18 juízes, a saber, os 4 juízes integrantes dos cargos de direção e os demais eleitos em escrutínio secreto pelo Tribunal Pleno, com mandato vitalício.</p> <p>(B) 15 juízes, a saber, os 4 juízes integrante dos cargos de direção e os 11 juízes mais antigos do Tribunal.</p> <p>(C) 15 juízes, 5 dos quais eleitos em escrutínio secreto pelo Tribunal Pleno, com mandato coincidente com o dos cargos de direção, admitida a reeleição.</p> <p>(D) 18 juízes, sendo 7 juízes vitalícios e 7 juízes eleitos em escrutínio secreto, além daqueles que ocupam cargos de direção.</p> <p>(E) 18 juízes, a saber, os 4 juízes integrantes dos cargos de direção e os 14 juízes mais antigos do Tribunal.</p>
<p>53. Tendo pré-avisado um empregado, o empregador reconsiderou o ato antes de seu termo. Nesta hipótese,</p> <p>(A) aceita a reconsideração, será celebrado um novo contrato de trabalho.</p> <p>(B) o contrato continuará automaticamente a vigorar, como se o aviso não tivesse existido.</p> <p>(C) a reconsideração não é possível pois a rescisão se torna efetiva no momento em que é dado o aviso prévio.</p> <p>(D) havendo reconsideração por parte do empregador, é desnecessária a concordância do empregado.</p> <p>(E) é facultado ao empregado aceitar ou não a reconsideração.</p>	<p>58. Cargo de substituição ao qual compete exercer atividades de representação delegadas pelo Presidente do Tribunal:</p> <p>(A) Relator.</p> <p>(B) Corregedor.</p> <p>(C) Vice-Corregedor.</p> <p>(D) Vice-Presidente.</p> <p>(E) Revisor.</p>
<p>54. Na hipótese de fusão de duas empresas, os contratos de trabalho dos empregados de ambas as empresas</p> <p>(A) serão suspensos.</p> <p>(B) serão extintos.</p> <p>(C) serão tornados sem efeito.</p> <p>(D) não serão afetados.</p> <p>(E) não serão afetados, desde que as empresas assim tenham pactuado.</p>	<p>59. A elaboração, publicação e demais providências concernentes à estatística do movimento judiciário de primeira e segunda instâncias incumbe à</p> <p>(A) Diretoria de Estatística.</p> <p>(B) Secretaria da Presidência.</p> <p>(C) Diretoria Judiciária.</p> <p>(D) Diretoria Geral da Administração.</p> <p>(E) Secretaria da Corregedoria.</p> <p>60. As correições ordinárias nas Varas dos Trabalho ocorrerão, normalmente,</p> <p>(A) uma vez por ano e sempre que necessário.</p> <p>(B) mensalmente.</p> <p>(C) a cada bimestre.</p> <p>(D) a cada trimestre.</p> <p>(E) a cada semestre.</p>